

## Maguito propõe fim da propaganda de bebidas

Projeto que acaba com a propaganda de bebidas alcoólicas, inclusive cervejas, foi apresentado por Maguito Vilela. Conforme a proposta, embalagens e rótulos deverão conter advertência sobre os malefícios da bebida.

Página 8

## Senadores aperfeiçoaram as parcerias, diz Suassuna

Os aperfeiçoamentos resultantes das negociações no Senado sobre o projeto original que institui as parcerias público-privadas foram destacados por Ney Suassuna. Ele acredita na atração de investimentos.

Página 6

## Petrobras volta a investir na Bahia, afirma Tourinho

O início das obras do gasoduto que irá ligar o campo de Manati (no interior da Bahia) a Salvador é apontado por Rodolpho Tourinho como indicativo da retomada dos investimentos da Petrobras em seu estado.

Página 5

# Senado lança sistema para acompanhar gastos públicos

Siga Brasil, de acordo com Sarney, representará uma conquista da sociedade, ao permitir a qualquer cidadão acompanhar o Orçamento desde o projeto de lei até a execução de obras em seu bairro

Página 4



Gerardo Magela

TV POR ASSINATURA

## Conselho é contra fusão de operadoras

Página 6

**RECOMENDAÇÕES** O conselho deseja que a regulamentação da TV por assinatura preserve o interesse público e evite a concentração do serviço em empresas

## Lançamento do biodiesel recebe apoio de senadores

Ecologicamente correto, o biodiesel tem também finalidade estratégica na matriz energética brasileira. O ponto de vista é do

líder do PMDB, senador Renan Calheiros. Juntamente com Ideli Salvatti e Leomar Quintanilha, Renan apoiou ontem em Plenário a deci-

são do governo de lançar o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. Segundo Ideli, a iniciativa criará 150 mil empregos.

Página 5

Papaléo pede investigação sobre risco ao Rio Amazonas

Página 7

Plenário deve votar MP sobre *status* do presidente do Banco Central

Página 3



**OBRA** José Sarney, autor do requerimento, afirma que jornalista era uma "referência nacional"

## Senado aprova homenagem a Roberto Marinho

O Plenário do Senado aprovou ontem requerimento do senador José Sarney (PMDB-AP) de homenagem ao centenário do jornalista e empresário Roberto Marinho, ocorrido na última sexta-feira. Sarney destacou que Roberto Marinho era "uma referência nacional".

O senador lembrou que Roberto Marinho foi "um extraordinário homem de comunicação", que assumiu o jornal *O Globo* bem jovem, criando uma grande empresa de comunicação.

No encaminhamento da proposta, Sarney disse que teve o prazer de ser amigo de Roberto Marinho por mais de 50 anos.

– Ele tinha o gosto da convivência: era um homem extremamente afável e delicado. Além de suas virtudes intelectuais, tinha uma personalidade de grande humanidade, já que era um humanista, cultor das artes e intelectual que pertenceu à Academia Brasileira de Letras – afirmou.

Para Sarney, Roberto Marinho está incorporado ao imaginário nacional e tem o reconhecimento de todo o povo brasileiro, pois fez muito pela educação e pelo patrimônio histórico do país.

# Agenda

## Na pauta do Plenário, MP do Banco Central

O Plenário pode votar hoje, em sessão marcada para as 14h30, medida provisória que concede *status* de ministro de Estado ao cargo de presidente do Banco Central (MP 207/04), que passaria a ter direito a foro privilegiado em caso de processo judicial. A MP foi editada após denúncias sobre evasão de divisas e sonegação fiscal contra o atual presidente do BC, Henrique Meirelles. O item tranca a pauta de votações do Senado.

## Lançamento do Siga Brasil

O presidente do Senado, José Sarney, participa, às 11h30, no Salão Negro, do lançamento do projeto Siga Brasil, que permite o acompanhamento da utilização de recursos públicos. Também presentes à soleni-



dade estarão os ministros José Dirceu, Antonio Palocci e Nelson Machado. Às 12h, Sarney recebe o ministro da Educação, Tarso Genro; às 18h30, vai ao lançamento do livro *Roberto e Lily*, de autoria de Lily Marinho.

## Pesquisa Mundial de Saúde em debate

A Subcomissão da Saúde realiza audiência pública às 11h para examinar os resultados brasileiros da Pesquisa Mundial de Saúde, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz e pela Organização Mundial da Saúde. Entre os convidados, o coordenador nacional-assistente da pesquisa, Francisco Viacava, e o representante no Brasil da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas), Jose Antonio Escamilla.

## CAE vota autorização para empréstimos



A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisa hoje, às 10h, pedidos de autorização para empréstimos. Um deles, de até US\$ 30 milhões, deve ser adquirido pelo governo do Maranhão para o financiamento parcial do segundo

Projeto de Combate à Pobreza Rural do estado, enquanto o outro, de US\$ 572,2 milhões, é destinado à União. Após a ordem do dia, a Comissão Especial das Terras Indígenas vota o relatório sobre o estado de Rondônia.

## Desenvolvimento industrial em discussão

Na pauta da Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje, às 11, está a proposta que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), com o objetivo de promover a execução das políticas de desenvolvimento do setor, especialmente as que contribuam para a geração de empregos (PLC 48/04). O projeto tramita em regime de urgência.



## Estado do Planalto Central

A primeira parte da reunião de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) se destina à discussão do projeto que cria o estado do Planalto Central. O governador do DF, Joaquim Roriz, participa do encontro. Depois, a CCJ analisa o projeto (PLC 10/04) das parcerias público-privadas (PPPs).

## Operação Pororoca

Amanhã, às 11h, a subcomissão que acompanha as investigações da Operação Pororoca, da Polícia Federal, ouve o delegado Tardelli Boaventura. Às 12h, a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) analisa auditorias do Tribunal de Contas da União nas obras de duplicação da BR-101/PE.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**PRIVILÉGIO** Paulo Octávio homenageia declaração da capital como Patrimônio da Humanidade

## Tombamento de Brasília faz 17 anos

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) foi à tribuna ontem para comemorar a data em que Brasília foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) como Patrimônio Cultural da Humanidade. O parlamentar ressaltou que Brasília é a única cidade contemporânea com esse título, que foi concedido a outras municipalidades como Roma, Veneza e Ouro Preto.

O senador homenageou o ex-governador José Aparecido de Oliveira, autor do pedido à Unesco, atendido em 1987.

Paulo Octávio também homenageou "o gênio urbanístico e arquitetônico" de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, seguidores da escola do urbanista francês Le Corbusier.

– Essa escola de urbanismo criou essa cidade aberta, transparente, monumental e bucólica – afirmou, destacando o conceito de pilotis, "que permite às crianças brincarem embaixo do bloco com a bela visão generosa de espaços, jardins e convívio com a natureza".

Paulo Octávio observou algumas falhas na implantação do Plano Piloto. Uma delas foi a de não criar as escolas-parques, projeto do educador Anísio Teixeira. Essas instituições, lembrou, seriam um complemento, no período da tarde, da educação matinal das escolas-classes.

Faltou também edificar os clubes de vizinhança, que serviriam cada um a determinado conjunto de quatro quadras. Outro ponto criticado pelo senador é em relação à poluição visual da cidade.

Paulo Octávio ainda convidou seus pares a visitar a exposição *O Olhar Modernista de JK*, hoje, no Palácio do Itamaraty. O evento, assinalou, é "uma bela homenagem a JK e à arte moderna brasileira".

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



## Roriz discute estado do Planalto Central na CCJ

O governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), é o convidado da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para a audiência pública marcada para amanhã, a partir das 10h, em que será discutida a criação do estado do Planalto Central. A instituição da nova unidade da Federação está contemplada em projetos do então senador Francisco Escórcio que estão sendo relatados pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM).

A convocação de plebiscito nos estados de Minas Gerais e de Goiás, sobre a criação do estado do Planalto Central, está prevista no projeto (PDL 298/02). O novo estado deverá ser constituído pelo desmembramento da área de três municípios de Minas Gerais (Buritis,

Formoso e Unaí) e de 26 cidades de Goiás (Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho, Corumbá de Goiás, Cristalina, Damianópolis, Flores de Goiás, Formosa, Luziânia, Mambaí, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto, São João da Aliança, Simolandia, Sítio d'Abadia, Valparaíso de Goiás e Vila Boa de Goiás).

A proposta de emenda à Constituição (PEC 27/02) retira a autonomia política do Distrito Federal. A capital federal, pela proposta, deverá ter um governador indicado pelo presidente da República e aprovado pelo Senado.



**AGENDA** Plenário pode examinar propostas de emenda à Constituição como a que institui o orçamento impositivo

Roosevelt Pinheiro

# Status do presidente do Banco Central tranca pauta

■ Caso a matéria vá a votação, a proposta que cria a agência de desenvolvimento industrial será analisada

A medida provisória que transforma o cargo de presidente do Banco Central em cargo de ministro de Estado (MP 207/04), transformada no Projeto de Lei de Conversão 54/04, é o primeiro item da sessão plenária de hoje, e de sua votação depende o desbloqueio da pauta.

De acordo com exposição de motivos da MP, assinada pelo ministro da Fazenda, Antonio Palocci, "a relevância das matérias que integram as decisões do presidente do Banco Central, cujas atribuições compreendem, entre outras medidas de notória complexidade, a

formulação da política monetária do país e a intervenção no sistema financeiro nacional, na forma da legislação de regência, sugere a necessidade de conferir-lhe a condição de ministro de Estado". Dessa forma, o presidente do BC terá a prerrogativa de somente ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O projeto de lei de conversão, texto votado pelos deputados, estendeu essa prerrogativa aos ex-presidentes da instituição.

Superada a votação da medida, poderão ser examinados o projeto de lei da Câmara que autoriza o Executivo a criar a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (PLC 48/04) e propostas de emenda à Constituição como a de Eduardo Suplicy (PT-SP) que prevê o comparecimento do presidente da República na abertura da sessão legislativa (PEC 64/99);

a de Francisco Escórcio que amplia a vigência do Fundef, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (PEC 29/02); e a de Maguito Vilela (PMDB-GO) que determina que pagamentos de obrigações aos idosos sejam feitos em espécie e excluídos da obrigatoriedade de expedição de precatórios (PEC 01/03).

Também está em pauta a proposta originária da Câmara que institui o Plano Nacional de Cultura (PEC 57/03); a de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) que torna de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual, o chamado orçamento impositivo (PEC 22/00), que tramita com outras duas PECs de teor semelhante; e a de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que fixa os princípios da atividade regulatória (PEC 81/03).



**TRABALHOS** Após a audiência pública com o governador do DF, a Comissão de Justiça realiza reunião para deliberar sobre uma agenda de 56 itens

## Comissão pode votar o projeto das parcerias

Na segunda parte da reunião, os integrantes da CCJ irão deliberar sobre pauta de 56 itens, com destaque para a proposição que institui normas de contratação de parcerias entre o setor público e o setor privado (PPPs). O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) analisa as emendas apresentadas à matéria (PLC 10/04) para finalizar seu relatório. Na última reunião da comissão, o líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), comunicou acordo para votação da proposta amanhã pelo Plenário.

Pode ser votado também pela CCJ requerimento do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que solicita informações à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, sobre os pagamentos realizados pela Petrobras diretamente na conta de credores do estado de Mato

Grosso do Sul, no período de fevereiro de 2001 a maio de 2002.

Há também oito propostas de emendas à Constituição (PECs) na agenda, entre as quais a do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que torna obrigatório o transporte gratuito para estudantes da rede pública de ensino (PEC 6/03).

Se a pauta do Plenário não estiver obstruída por medidas provisórias, a CCJ poderá votar itens cuja deliberação encerre-se na comissão (terminativos), como o projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que estabelece a necessidade de consulta à população dos municípios que se encontrem na divisa do estado, cuja subdivisão ou desmembramento esteja em estudo, para que escolham qual estado a cidade irá pertencer (PLS 499/03).

## Reforma do Judiciário será promulgada amanhã

A emenda constitucional que introduz modificações na estrutura do Poder Judiciário (45/04) será promulgada amanhã, às 11h, no Plenário da Câmara. A matéria é originária da Proposta de Emenda à Constituição 29/00.

Será promulgada a parte da reforma já aprovada no Senado. O efeito vinculante impede a interposição de recurso em caso análogo a outro com decisão definitiva de mérito proferida com a concordância de pelo menos dois terços dos membros do Supremo Tribunal Federal.

Também será promulgado o controle externo do Judiciário, por meio do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público. O texto inclui a quarentena, que proíbe juízes e integrantes do Ministério Público de exercer a advocacia no juízo ou tribunal no qual atuavam, pelo prazo de três anos após o afastamento.



Será realizada ainda amanhã, às 10h, sessão solene no Plenário do Senado destinada a comemorar os 40 anos do Parlamento Latino-Americano (Parlatino).



## Empréstimos do Banco Mundial estão na pauta da CAE

O Banco Mundial poderá destinar US\$ 572,2 milhões para compor o superávit fiscal e apoiar o Programa Bolsa-Família. A autorização para que a União realize essa operação de crédito será submetida à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na reunião de hoje, prevista para as 10h, e conta com parecer favorável de Eduardo Suplicy (PT-SP).

Conforme o parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), a maior parte do financiamento do Banco Mundial será contratada dentro de uma nova modalidade, que permite reembolsar recursos que estão sendo despendidos pelo mutuário em programas já em execução.

Esses reembolsos, explica a PGFN, poderão ser utilizados tanto para cobertura de novas ações quanto para despesas de caráter financeiro. Ou seja, podem ser usados para compor o superávit primário da União. Somente US\$ 15 milhões do total estão comprometidos efetivamente a fortalecer o Bolsa-Família.

Outra operação de crédito externo a ser analisada pela CAE será a autorização para o governo do Maranhão contratar US\$ 30 milhões do Banco Mundial para o financiamento parcial do Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão (MSF 180/04).

A pauta inclui sete projetos não terminativos, entre eles o de Pedro Simon (PMDB-RS) que institui o Fundo de Assistência Financeira aos Microempreendedores (PLS 505/03) e o de João Capiberibe (PSB-AP) que fixa condições mais rígidas para empréstimos externos com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (PRS 05/04).

# Siga Brasil: todos poderão fiscalizar gastos públicos

Senado lança hoje sistema que permite acompanhar elaboração e execução do Orçamento

O Senado lança hoje, às 11h30, o Siga Brasil, sistema de acompanhamento de gastos públicos elaborado pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle da Casa. A partir de agora, estarão reunidas em um só banco de dados informações gerenciais sobre planejamento, orçamento, fiscalização e controle de sistemas geridos pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo.

A primeira fase de implantação do sistema dará acesso a usuários previamente cadastrados – parlamentares, servidores públicos e jornalistas – pela rede de computadores do Senado e da Câmara. Nos primeiros meses de 2005, deverá estar pronto o acesso, via



**TRANSPARÊNCIA** Já nos primeiros meses de 2005, acesso ao sistema deverá estar disponível, via Internet, para todo o país

Internet, para todo o país, por meio da *homepage* do Senado.

Na avaliação do presidente do Senado, José Sarney, a novidade representa uma importante conquista da sociedade.

– O Siga Brasil permitirá a qualquer um acompanhar o Orçamento da União, do projeto de lei orçamentária até a execução do Orçamento, da

destinação de recursos à saúde ou à educação até os valores gastos com a implantação de serviços de saneamento básico em seu bairro – explicou.

Fazem parte do Siga dados dos Sistemas de Elaboração Orçamentária (Selor), Integrado de Administração Financeira (Siafi) e Integrado de Dados Orçamentários (Sidor).

## Combate à violência é alvo de seminário

Promovido pelo Centro Regional de Treinamento em Segurança Pública, o seminário “Armas de Fogo na América Latina e Caribe: Diagnóstico e Ação” foi aberto ontem na sala da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O evento tem o objetivo de fortalecer a atuação de parlamentares e de organizações não-governamentais (ONGs) da região no combate à violência.

Na parte do curso reservada ao Parlamento, pretende-se apresentar – segundo o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa – as ferramentas necessárias



**DIAGNÓSTICO** Na CCJ, Hugo Corrales (E), da ONU, o senador Edison Lobão, o secretário Luiz Fernando Corrêa e o representante da Câmara, Morse de Lyra

aos que trabalham nas áreas de segurança pública e desarmamento, “com o intuito de possibilitar o desenvolvimento de

uma melhor regulamentação para o controle da fabricação e o comércio ilegal de armas de fogo, munições e explosivos”.

## Agência para estimular o crescimento industrial

A autorização para a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) está na pauta de hoje, às 11h, da Comissão de Educação (CE). O parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) é favorável à matéria (PLC 48/04), apresentada pela Presidência da República. O projeto está tramitando em regime de urgência e deverá, se aprovado, ser examinado ainda pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), antes de chegar ao Plenário do Senado.

O relator explica que o objetivo principal da criação da agência é promover a execução de políticas de desenvolvimento industrial, especialmente as que contribuam para a geração de empregos. A agência deverá funcionar em consonância com as políticas governamentais de comércio exterior e de ciência e tecnologia. Parecer do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) favorável à matéria já foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Outro item da pauta é o projeto de lei da Câmara (74/04) que institui em 28 de abril o Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho. A matéria recebeu parecer favorável do senador Luiz Pontes (PSDB-CE). O relator acredita que a data chamará atenção da sociedade e do poder público para o alto percentual de acidentes e doenças oriundas do trabalho que oneram o cidadão brasileiro.

Também deverá ser examinado projeto da então senadora Íris Araújo que trata da reserva de vagas nas universidades públicas para alunos carentes (PLS 215/03).

## Atuação do BNDES recebe elogios de Romero Jucá

Ao destacar a importância do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a economia brasileira, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) classificou como injustas as críticas segundo as quais a instituição erra ao conceder financiamentos de longo prazo. Ele acrescentou que o BNDES atua em consonância com o capital privado,

buscando complementá-lo e fortalecê-lo, e não expulsá-lo do mercado.

– O crédito no Brasil é escasso, caro e concentrado nas operações de curto prazo, visto que o setor financeiro privado direciona seus recursos ao financiamento do capital de giro das empresas e da dívida pública – afirmou. É esse desequilíbrio macroeconômico, na

opinião do senador, que leva o país a não ter um mercado privado de financiamento de longo prazo.

Jucá saudou os 50 anos de atuação do BNDES e enfatizou que o banco tem papel fundamental na correção das falhas do mercado. Além de financiamentos a longo prazo, o banco garante investimentos de micro, pequenas e médias

empresas, atividades que, de acordo com o senador, não são atrativas para os bancos privados, por causa do alto risco e do longo prazo de maturação.

– É preciso fortalecer o BNDES e ampliar suas atividades, bem como combater qualquer tentativa de enfraquecê-lo. Assim, estaremos garantindo a geração de empregos e a melhoria dos indicadores sociais.



**CORREÇÃO** Segundo Jucá, BNDES colabora para geração de empregos e melhoria de indicadores sociais



**RETOMADA** Investimentos da Petrobras no Nordeste foram elogiados por Rodolpho Tourinho

## Tourinho saúda início das obras de gasoduto na Bahia

A retomada dos investimentos da Petrobras na Bahia foi comemorada ontem, da tribuna, pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O parlamentar informou que acabava de chegar de solenidade em Mataripe, município de São Francisco do Conde (BA), onde assistiu ao início das obras do gasoduto que irá ligar o campo de Manati a Salvador.

Tourinho defendeu prioridade para o suprimento de energia para o Nordeste. Disse ter “uma convicção muito grande” de que o gasoduto é o início de novos investimentos da Petrobras no estado. O campo de Manati dista 100 quilômetros de Salvador e tem capacidade de 6 milhões de metros cúbicos diários, suficiente para atender a demanda inicial das necessidades industriais do estado.

O senador informou ser emblemático que a solenidade de início das obras do gasoduto tenha sido realizada a menos de 100 metros do posto inicial da Petrobras na Bahia, que está em produção ininterrupta há 63 anos.

Tourinho destacou os investimentos anunciados pela Petrobras de US\$ 3,5 bilhões na malha de gasodutos do Nordeste, que além da interligação de Manati com Salvador também engloba o gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), que ligará Cabiúnas (RJ) a Salvador. Esta obra, informou, é prioridade da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, a quem Tourinho elogiou. Ele destacou ainda o aproveitamento dos poços da Bacia Tucano e também a possibilidade de abertura de novos poços.

Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) disse que o pronunciamento de Tourinho era rico em propostas úteis para o país.

# Biodiesel poderá reduzir poluição e gerar empregos, destaca Renan

■ Senador saudou o lançamento, pelo governo, do programa de incentivos ao “combustível verde”

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) saudou ontem o lançamento do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, pelo Ministério de Minas e Energia. Ele ressaltou as qualidades do “combustível verde” como redutor da poluição e instrumento de política comercial externa e interna, como aliado da política de estabilidade de preços e como produto de exportação. O biodiesel é extraído de plantas oleaginosas como a mamona e a soja.

– Ecologicamente correto, o



**CRÉDITO** Renan sugeriu a criação de linhas de fomento à produção da matéria-prima do biocombustível

biodiesel também tem finalidade estratégica, como substituto na matriz de energia brasileira. No tocante ao petróleo, o senador Pedro Simon já nos alertava para o fato de que as nossas reservas são suficientes para

um período de 18 anos, que nessa matéria representa uma faixa curta de tempo – assinalou Renan.

Outros benefícios do biodiesel apontados pelo senador são a redução de custos na agricultura, setor que é o segundo maior consumidor de diesel mineral; a possibilidade de geração de 1 milhão de novos empregos; e a plantação consorciada da mamona com o feijão.

– Como a mamona é abundante no Nordeste, temos aí uma oportunidade de melhoria de vida para as populações mais necessitadas dessa região – avaliou.

### Pequeno produtor

Renan sugeriu a criação imediata de linhas de fomento no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

(BNDES) e no Banco do Brasil destinadas ao pequeno produtor rural de matérias-primas do biodiesel. O senador também defendeu um tratamento tributário diferenciado aos empreendimentos do biodiesel.

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que o programa é relativamente modesto, pois adiciona apenas 2% de biodiesel ao diesel normal, mas destacou a redução na importação de petróleo e na emissão de monóxido de carbono, afirmando que o programa “vai dar certo”. O senador Alberto Silva (PMDB-PI), um antigo pesquisador e defensor da idéia, propôs que, uma vez definido o padrão do novo combustível (mamona, soja etc.), o Brasil parta logo para a exportação do produto.

## Ideli: programa vai permitir economia de US\$ 160 mi

Ao comunicar o lançamento, pelo presidente Lula, do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) informou que, em sua primeira etapa, a iniciativa prevê a mistura de biodiesel na proporção de 2% ao diesel de petróleo utilizado em tratores, ônibus, caminhões e outros veículos.

Segundo a líder do PT no Senado, o programa criará, nesse primeiro momento, 150 mil novos empregos e gerará uma economia de US\$ 160 milhões ao permitir a redução na importação de petróleo. Ideli ressaltou a importância do projeto para os municípios do semi-árido nordestino e explicou sua vinculação direta com a agricultura familiar.

A senadora destacou ainda a apresentação feita pelo ministro da Educação, Tarso Genro, do anteprojeto da reforma universitária. Segundo Ideli, entidades, associações ligadas ao ensino superior e demais interessados poderão encaminhar emendas ou alterações ao texto – que está disponível na página do Ministério na Internet (<http://portal.mec.gov.br/>) – até o dia 15 de fevereiro.

O megaleilão de energia que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) realizará hoje, em São Paulo,



**EDUCAÇÃO** Apresentação do anteprojeto da reforma universitária também foi anunciada por Ideli

foi outro assunto abordado por Ideli. Ela antecipou que 53 empresas estão habilitadas para operar no leilão, entre geradoras e distribuidoras de energia. Os lotes negociados atenderão à demanda do período 2005-2008.

O último assunto abordado pela líder foi a renegociação feita pela Petrobras de contratos assinados no governo Fernando Henrique Cardoso, que, segundo observou, estavam trazendo prejuízos ao país. Segundo a senadora, a atual gestão da Petrobras conseguiu renegociar a maioria dos contratos e, em vez do prejuízo estimado em mais de R\$ 6 bilhões até 2006, hoje já se trabalha com uma projeção de resultados positivos em torno de 8% dos valores investidos pela estatal.

## País dispõe de terra, água e mão-de-obra, diz Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) disse que o Brasil dispõe de condições excepcionais para garantir o sucesso do programa do biodiesel: extensas terras agrícolas, muita água e oferta de mão-de-obra rural.

O senador, que elogiou a iniciativa do governo federal, ressaltou que o biodiesel é um combustível renovável, produzido a partir de plantas oleaginosas como mamona, soja e dendê, tendo como grande vantagem ser um combustível limpo, que não polui a atmosfera nem contribui para o efeito estufa.

Quintanilha afirmou que, se o biodiesel realmente se firmar como combustível alternativo no país, será mais uma contribuição do Brasil para o sucesso do Protocolo de Kyoto, acordo internacional que pretende reduzir a emissão de gases poluentes no planeta. Com a recente adesão da Rússia ao tratado, ele poderá entrar em vigor já em 2005, informou.

O senador pelo Tocantins lembrou que o Brasil, por seu extenso programa de energia limpa, com muitas hidrelétricas e utilização de energias



**SUCESSO** Quintanilha observa que a consolidação do biodiesel irá contribuir para o Protocolo de Kyoto

alternativas como eólica, solar e de biomassa, já é um parceiro ativo na redução de gases poluentes na atmosfera, especialmente o gás carbônico.

Quintanilha acrescentou que a entrada do biodiesel no mercado nacional deverá permitir a redução de importação de óleo diesel, contribuindo para a auto-suficiência na produção de petróleo e derivados. Além disso, resultará na criação de empregos no meio rural por meio da agricultura familiar, bem como no desenvolvimento da pesquisa e da indústria nacional de equipamentos.

O parlamentar observou ainda que o seu estado, o Tocantins, poderá ser um grande produtor de biodiesel, por dispor de terras agrícolas, onde já existem extensas lavouras de milho, soja e arroz. Além disso, o estado conta com fornecimento de energia elétrica, inclusive na zona rural, e rodovias para escoamento da produção.



# Suassuna elogia mudanças no projeto das parcerias

■ Senador diz que aperfeiçoamento da matéria só foi alcançado depois das audiências públicas

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) elogiou os aperfeiçoamentos resultantes das longas negociações no Senado sobre o projeto de lei que institui as parcerias público-privadas (PPPs), principalmente depois das audiências públicas.

– O consenso foi estabelecido e garantiu-se a equidade entre o interesse público e o privado, a repartição de riscos e benefícios, o respeito à responsabilidade fiscal e a necessária prioridade à satisfação das necessidades dos usuários dos serviços públicos – disse Suassuna.



Roosevelt Pinheiro

**BENEFÍCIOS** Suassuna diz que PPPs vão permitir investimentos na Ferrovia Norte-Sul e Porto de Itaqui

O senador citou como exemplo dos benefícios das PPPs os acordos praticamente fechados com a visita do presidente da China, Hu Jintao, ao Brasil.

– A aprovação das PPPs permitirá investimentos no setor de infra-estrutura – afirmou, citando como exemplo a Ferro-

via Norte-Sul, o Porto de Itaqui, no Maranhão, onde haverá investimentos chineses de US\$ 2 bilhões, e o Porto de Suape, em Pernambuco.

Entre as mudanças no projeto, Suassuna ressaltou o limite de 1% da receita corrente líquida do exercício para as despesas de caráter continuado da União derivadas do conjunto das PPPs; a extensão desse limite a estados e municípios; e a exclusão das concessões comuns, que não envolvem a contraprestação pecuniária do parceiro público ao privado. Há ainda os limites impostos à participação do setor público no financiamento das PPPs – 70% do valor do contrato para a participação de empresas públicas e sociedades de economia mista; e 80% quando houver aporte de dinheiro de fundos de pensão.



Roosevelt Pinheiro

**ABUSO** Agripino destaca que ações da Polícia Federal são de iniciativa da própria instituição

## Agripino diz que ações da PF não têm relação com o governo

O líder do PFL, José Agripino (RN), disse ontem que o governo abusa do *marketing* para tentar mostrar à sociedade que as ações da Polícia Federal, que culminaram com a prisão de dezenas de pessoas, decorrem de políticas governamentais. O senador afirmou que o trabalho da PF está sendo executado por iniciativa da própria instituição.

– Um governo que não permite a investigação de Waldomiro Diniz não pode ser o mesmo dessa Polícia Federal – declarou

## Mão Santa apela a Lula por combate à violência

Alarmado com os índices de violência no Brasil, o senador Mão Santa (PMDB-PI) fez um apelo ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que adote medidas de combate à violência, afirmando que não basta uma legislação severa.

– O que diminui a criminalidade é uma política social em que o pai tenha emprego – ressaltou o senador.

Mão Santa lembrou que em todo o país 110 pessoas são vítimas de assassinato por dia, sendo 18 só no Rio de Janeiro.

O parlamentar citou o cientista político italiano Norberto Bobbio, que, em *Teoria Geral da Política – A Filosofia Política e as Lições dos Clássicos*, afirma: “O mínimo que um governo deve garantir aos indivíduos é a vida, a liberdade e a propriedade. Quando o governo já não é capaz de garantir a segurança, o dever de obediência política perde o sentido. E o melhor modo de conseguir essa garan-

o senador, citando as prisões no Tribunal de Contas da União, as investigações na prefeitura de Macapá e a repressão à rinha de galo no Rio de Janeiro.

José Agripino ressaltou que a verdadeira opinião do PT sobre as ações da PF foi expressa pelo líder do governo na Câmara, deputado Professor Luizinho (PT-SP). Ao saber da operação no TCU, o deputado criticou a Polícia Federal, “que estaria tentando desmoralizar as instituições”. De acordo com Agripino, a manifestação de Luizinho foi motivada pelos problemas que a ação da PF poderia trazer às relações do Planalto com o Legislativo – uma das empresas investigadas tem como sócio o ministro peemedebista Eunício Oliveira.

O líder do PFL observou que o mesmo tem sido feito pelo governo em relação aos números da economia. A propaganda a respeito do crescimento da economia, frisou o senador, procura mostrar que o Brasil teve seus problemas solucionados.

– A queda do dólar e o aumento mundial dos juros, previstos para 2005, vão trazer problemas – concluiu.

As afirmações de José Agripino tiveram o apoio dos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA).



Roosevelt Pinheiro

**LIÇÃO** Mão Santa cita Bobbio: “Governos devem garantir vida e liberdade aos indivíduos”

tia é um Legislativo fundado no consenso e um Executivo dependente do Legislativo. Sem isso não há governo”.

Para Mão Santa, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso estava certo quando, ao deixar a Presidência da República, disse que sentia ter cumprido sua missão e que a meta de Lula seria o combate à violência.

O senador ainda defendeu o uso das Forças Armadas no combate à violência no Brasil. Ele informou que, apenas em 2003, 7.998 pessoas foram assassinadas no Rio de Janeiro, o equivalente a um quarto das mortes ocorridas durante a invasão do Iraque por forças americanas.



Geraldo Magela

**PROTEÇÃO** Conselho de Comunicação pede que se evite a concentração do serviço nas mãos de estrangeiros

## Conselho dá parecer contrário à fusão entre DirecTV e Sky no país

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional (CCS) aprovou e encaminhou ontem às Mesas do Senado e da Câmara parecer sobre irregularidades no processo de constituição de empresas, funcionamento do mercado e regulamentação do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e Áudio por Assinatura por Satélite (DTH). Nessa análise, os conselheiros discordam da fusão entre as operadoras DirecTV e Sky no país, advertindo que a empresa oriunda do negócio passaria a contar com 1,4 milhão de assinantes e a controlar 95% do mercado

de DTH e 31,2% do mercado de TV por assinatura.

Uma das principais constatações é a ausência de fundamentação legal no processo de regulamentação do DTH. Sem contar com uma legislação específica ou estar submetida às exigências da Lei 8.977/95, as operadoras de TV por assinatura via satélite estariam suscetíveis às investidas dos conglomerados internacionais. A advertência do conselho remete à fusão da DirecTV e Sky no Brasil pelo fato de, no dia 29 de outubro, a Globopar (integrante das Organizações Globo e acionista da Sky), o

grupo australiano-norte-americano News Corporation (sócio-controlador no país da Sky) e a DirecTV Group (com 34% do capital controlado pelo News Corporation) terem solicitado à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorização para concretizar o negócio. Na empresa resultante dessa fusão, a Globopar ficaria com 28% do capital e a DirecTV Group deteria os demais 72%.

No final, o parecer do Conselho de Comunicação recomenda que se evite a concentração do serviço nas mãos de estrangeiros. O conselho volta a se reunir no dia 21 de fevereiro.





**PRODUTIVIDADE** Mozarildo registra ações do órgão junto às comunidades indígenas da região

## Mozarildo elogia trabalho da Embrapa em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) elogiou o trabalho que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem desenvolvido em Roraima. Ele ressaltou que, apesar da localização do estado, no extremo norte do país, e da distribuição demográfica rarefeita, com muitas comunidades situadas a longas distâncias umas das outras, a Embrapa se faz presente, pesquisando os cultivares mais adequados, desenvolvendo novas técnicas, ao alcance da população mais carente, e melhorando os níveis de produtividade.

O trabalho desenvolvido pela Embrapa junto às comunidades indígenas foi destacado pelo senador. Os melhores resultados, disse ele, foram obtidos nos últimos três anos, quando a empresa reorganizou seus recursos humanos e designou uma equipe de profissionais para pesquisar e também transferir tecnologia do seu centro de pesquisa ecorregional.

As ações têm sido realizadas em parceria com entidades representativas das aldeias e com órgãos governamentais. Essas parcerias têm o objetivo de desenvolver sistemas de produção diversificados e sustentáveis para aumentar a segurança alimentar e gerar receita com a venda dos excedentes, explicou o senador.

Mozarildo relatou que, em 2002, a Embrapa já viabilizara, com bons resultados, a implantação de uma área de consórcio comunitário com o plantio de banana, melancia e feijão caupi. A produção excedente de melancia foi vendida nas comunidades próximas e os recursos obtidos com a venda foram reinvestidos no programa, o que permitiu aumentar a área plantada.

# Rio Amazonas corre perigo, alerta Papaléo

■ Senador pede investigação sobre a possibilidade de navios estrangeiros jogarem petróleo na água

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apelou à Agência Nacional de Águas (ANA) e aos demais órgãos governamentais envolvidos com a preservação do meio ambiente para que investiguem a possibilidade de navios estrangeiros que transportam petróleo para a Refinaria de Manaus (AM) estarem lavando seus tanques e atirando restos de petróleo no Rio Amazonas. Ele advertiu que a prática pode causar riscos de contaminação do rio e dos manguezais.

Matérias publicadas pela imprensa, denunciando que a água do Rio Amazonas pode estar sendo contrabandeada para países do Oriente Médio nos depósitos de grandes petroleiros, levaram Papaléo a investigar o assunto. Segundo ele, a explicação para a prática da hidropirataria seria o alto custo do processo de dessalinização da água do mar.



**CONTROVÉRSIAS** Papaléo também denuncia suposto contrabando de água do rio pelos petroleiros para países do Oriente Médio

– Embora graves, essas denúncias são controversas. A ANA informa ter conhecimento das denúncias e afirma não se tratar de hidropirataria. Dirigentes e técnicos do órgão explicam que tal tipo de contrabando seria economicamente inviável. Para eles, os navios estrangeiros estão, na verdade, fazendo lastro com a água da bacia amazônica antes de voltarem para o alto-mar, o que, reconhecem, não reduz a ilicitude e a gravidade desse

procedimento – afirmou Papaléo.

Mesmo que não se confirme o contrabando de água, Papaléo registrou que a preservação da soberania brasileira e a necessidade de prevenir danos ambientais impõem uma imediata repressão à atuação dos petroleiros e a apuração das responsabilidades. Ele acrescentou que é fundamental zelar pela preservação da biodiversidade e evitar riscos que, embora pareçam remotos, não podem ser desprezados, como o de um eventual envolvimento dessas embarcações com o narcotráfico.

Em aparte, o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) endossou o alerta às autoridades sobre a necessidade de uma investigação mais detalhada a respeito do assunto. Já o senador Marco Maciel (PFL-PE) destacou que, no momento em que o mundo cria condições para que o Protocolo de Kyoto entre efetivamente em vigência, o Brasil não pode descuidar das questões ambientais.



**CAPACITAÇÃO** Augusto resalta a humanização do atendimento aos índios e o combate à mortalidade

## Augusto destaca ações do governo para combater Aids

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) destacou uma série de iniciativas do Ministério da Saúde para combater a Aids nas comunidades indígenas. Ele informou que as ações incluem a implantação do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/Aids) nos 34 distritos sanitários indígenas, o combate à mortalidade materna-infantil e a humanização do atendimento aos índios.

Segundo o senador por Roraima, o governo federal reservou cerca de R\$ 16 milhões para implantar, nos próximos três anos, o programa DST/Aids em áreas indígenas. Ele destacou que o projeto é resultado de um processo de discussão realizado em 2003 envolvendo lideranças indígenas, coordenações estaduais e municipais de DST/Aids, organizações não-governamentais e representantes da Funasa (Fundação Nacional de Saúde) e dos programas do governo federal de DST/Aids e hepatites.

– Uma das metas da parceria entre o Programa Nacional de DST/Aids e a Funasa é a capacitação de equipes de saúde. Em 2004, foram capacitados 180 profissionais de nível superior que atuam na saúde indígena em transmissão vertical (da gestante para o bebê) da sífilis, HIV e hepatites virais – afirmou.

O primeiro caso de Aids entre os índios foi notificado em 1987. Até 2003, o número de registros chegou a 100. Segundo o senador, a assessoria técnica do programa DST/Aids aponta as áreas indígenas próximas às cidades como as de maior risco de contaminação. Outros locais de risco são os próximos aos garimpos e onde há exploração de recursos naturais.

## Fátima Cleide vê descaso com recursos da Amazônia

Falando sobre a filmagem da minissérie da TV Globo *Mad Maria*, em Rondônia, a senadora Fátima Cleide (PT-RO) disse que conhecer a biodiversidade da Amazônia é o melhor caminho para defendê-la. Ela elogiou a produção por cooperar com a divulgação do meio ambiente da Amazônia e pelo carinho da equipe com a vida e os habitantes das comunidades onde a minissérie foi rodada.

*Mad Maria*, explicou a senadora, é o apelido da ferrovia Madeira-Mamoré, construída entre 1908 e 1912 para ligar Rondônia à Bolívia, e em razão da qual surgiu Porto Velho, capital do estado. Abandonado há alguns anos, o trecho inicial de seis quilômetros foi recuperado, juntamente com uma locomotiva, pela emissora.

A presença da equipe de TV na região está chamando a atenção da imprensa para o descaso com a ferrovia e a natureza. O ator principal da minissérie, Juca de Oliveira, foi um dos que protestaram contra o abandono da estrada de ferro, de acordo com relato publicado no jornal *O Globo* pela jornalista Cora Rónai.

– Infelizmente, a equipe da Globo constata o abandono que nós, filhos de Porto Velho, estamos cansados de denunciar – disse.

Animados com a restauração de parte do patrimônio, os moradores voltaram a ter esperança de contar novamente com o transporte ferroviário. Fátima Cleide lembrou alguns episódios da construção da Madeira-Mamoré, cujo principal objetivo era o carregamento de



**DESCASO** Fátima Cleide aplaude minissérie que chama a atenção para o abandono da estrada

borracha e que foi concluída quando esse produto deixou de ser economicamente importante. A partir daí a estrada foi desativada e reativada várias vezes até a completa desativação, em 1991.

A minissérie da Globo é baseada no livro homônimo de Márcio Souza, mas a senadora recomenda também a leitura de *A Ferrovia do Diabo*, de Manoel Ferreira, que faz um retrato detalhado da épica construção da Madeira-Mamoré.

# Maguito sugere proibição da propaganda de bebidas

■ Cervejas e bebidas tipo *ice* teriam publicidade impedida nos meios de comunicação e eventos esportivos

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou projeto de lei para acabar com a propaganda de bebidas alcoólicas, inclusive cervejas, nos meios de comunicação, nos eventos esportivos e culturais, bem como nas ruas em geral, nos moldes do que já é determinado em relação aos cigarros e ao fumo.

Pelo projeto, a propaganda somente será permitida na parte interna dos locais de comercialização do produto, com fiscalização rígida para impedir a venda a menores de 18 anos. As embalagens e rótulos terão, obrigatoriamente, advertências sobre os malefícios do consumo de álcool, mesmo sem exageros, explicou Maguito.

Para o senador, não há qualquer razão para que as regras relativas à propaganda do fumo sejam mais rígidas do que as referentes ao álcool. Ao contrário, o álcool provoca muito mais malefícios à sociedade em geral do que o fumo, cujos efeitos danosos ficam limitados às pessoas dos fumantes, disse.

Maguito citou acidentes de



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**PREJUÍZO** Segundo Maguito, as bebidas alcoólicas provocam mais malefícios à sociedade do que o fumo

trânsito, violência doméstica, vandalismo, desordem e violência pública, internações hospitalares e gastos com reabilitação como alguns dos efeitos adversos do consumo imoderado do álcool.

– É preciso mudar a mentalidade cultural da população, em que o álcool é sempre associado a momentos gloriosos, a conquistas esportivas, à sexualidade e ao orgulho de ser brasileiro. Por outro lado, as advertências sobre conseqüências danosas do álcool à saúde das pessoas ficam limitadas aos casos-problema, a uma minoria de dependentes, criando ambiente hostil a quaisquer medidas de saúde pública – destacou.

Maguito lembrou que a pu-

blicidade das bebidas alcoólicas é regulamentada pela Lei 9.294, de 15 de julho de 1996. Mas esse diploma legal não alcança a propaganda de cervejas, porque limita seus efeitos a bebidas acima de 13 graus Gay Lussac. Na prática, no que diz respeito à propaganda, as cervejas são tratadas da mesma forma que sucos ou refrigerantes, observou.

Para incluir cervejas e até bebidas tipo *ice* – que a indústria desenvolveu especialmente para jovens – em suas restrições à publicidade, o projeto apresentado ontem por Maguito abrange bebidas potáveis com teor alcoólico superior a meio grau Gay Lussac.

## Voto de pesar

Maguito Vilela apresentou voto de pesar pela morte do ex-prefeito de Jataí (dois mandatos) Mauro Antônio Bento, de 56 anos, que sofreu acidente automobilístico perto de Diamantina, em Minas Gerais, no fim de semana.

O senador observou que Mauro Bento era um exemplo de político digno, dedicado ao interesse público e que tinha como uma de suas diretrizes a defesa da democracia. O ex-prefeito deixou viúva e dois filhos.



**RECONHECIMENTO** Programa teve melhor desempenho na gestão José Serra, lembra Garibaldi

– Apelo ao ministro da Saúde, Humberto Costa, para que amplie esse importante programa, mas chamo também a atenção de prefeitos e governadores para a responsabilidade que têm para com o Saúde da Família – disse o parlamentar.

## Maciel registra inauguração de hospital em Pernambuco

Marco Maciel (PFL-PE) registrou ontem a inauguração do novo Hospital de Hematologia da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco (Hemope), no dia 29. A obra contou com o empenho do senador, quando ele exerceu a Vice-Presidência da República no governo Fernando Henrique. Conforme Maciel, as novas instalações possuem quatro pavimentos para pacientes externos, além de outros dois para crianças, e abrigam 83 leitos, 20 destinados a internamento e seis para emergência.

Segundo o senador, a inauguração do hospital, que contou com a presença do ministro da Saúde, Humberto Costa, e do vice-governador de Pernambuco, Mendonça Filho, reforça o atendimento hospitalar na capital e no interior.

A fundação, conforme Maciel, produzirá em breve fatores de coagulação sanguínea e gamaglobulina, além da albumi-



**ASSISTÊNCIA** Marco Maciel diz que Hemope reforça atendimento na capital e no interior do estado

na humana e produtos para o tratamento de hemofilia e deficiências imunológicas. Outro projeto que entrará em operação até o fim do ano é o banco de sangue de cordão umbilical, o primeiro do Nordeste.

## Hemobrás

Maciel também destacou a importância da sanção presidencial à criação da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás), órgão do governo federal cujo objetivo é dar ao Brasil auto-suficiência em hemoderivados, entre eles os fatores sanguíneos usados no tratamento de hemofílicos. Sediada em Brasília, a Hemobrás deverá implantar fábrica em Pernambuco.

## Capiberibe denuncia crise na saúde do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) denunciou que os serviços de saúde do estado do Amapá passam por grave crise.

– As pessoas estão morrendo nas portas dos hospitais por falta de atendimento – observou. Segundo ele, os médicos dizem que não adianta acionar o Ministério Público nem esperar que a Secretaria de Saúde resolva os problemas que se multiplicam.

De acordo com Capiberibe, na noite da última quinta-feira, os médicos de plantão no Hospital de Especialidades, em Macapá, receberam um paciente – Jorge de Azevedo Picanço – em estado grave, prestes a morrer, se não lhe fosse oferecido um leito para internação na Unidade de Terapia Intensiva (UTI).

– Dos cinco leitos da UTI, apenas um tinha os aparelhos funcionando e estava ocupado por outro paciente, também em estado grave. Um dos mé-



**GRAVIDADE** Capiberibe afirma que saúde pública em seu estado não tem remédios e nem leite para bebês

dicos ligou para um promotor contando o fato, enquanto se buscavam outras formas de ajuda. Poucas horas depois, o paciente morreu.

Capiberibe falou do Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), que torna o Brasil uma referência para o mundo, mas que não funciona em seu estado, “onde as coisas vão de mal a pior”.

Conforme o senador, a saúde pública no Amapá está sem medicamentos para infecções oportunistas, sem leite para os bebês recém-nascidos, sem material para diagnosticar as doenças infecto-oportunistas e sem atendimento dentário.

## Garibaldi cobra mais verbas para o Saúde da Família

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ontem que o governo amplie as verbas e o número de equipes do programa Saúde da Família, criado no governo Itamar Franco e estruturado no governo Fernando Henrique pelo então ministro da Saúde, José Serra. Segundo o parlamentar peemedebista, o programa tem sido responsável por melhorar os índices de saúde da população de baixa renda e evitar a procura de prontos-socorros.

Com preocupação, o senador leu trechos de matérias de jornal dando conta do ritmo lento em que se encontra o programa, quando deveria ser acelerado para atender a um número

maior de famílias. Operado por 22 mil equipes formadas por um médico, um enfermeiro, um auxiliar de enfermagem e seis agentes de saúde, o programa percorre bairros pobres oferecendo tratamento e prevenindo doenças. Entre os tipos de atendimento estão o pré-natal, o materno-infantil e os voltados a hipertensos e diabéticos.

Ao observar que o governo Luiz Inácio Lula da Silva não está cumprindo as metas de expansão do número de equipes – mais 17 mil turmas –, Garibaldi afirmou que faria justiça a Serra, em cuja gestão o Saúde da Família teve seu melhor desempenho.